

Vice-presidente do BB alerta para conseqüências da suspensão de pagamentos

por Guilherme Barros
do Rio

"É uma tolice afirmar que a moratória não teve custos para o Brasil. Seus efeitos são duradouros e podem ser sentidos a cada negociação que o Brasil realiza no exterior."

O desabafo foi feito ontem pelo vice-presidente do Banco do Brasil, Adroaldo Moura da Silva, contrapondo o argumento de muitos economistas — principalmente aqueles que participavam do governo quando foi decretada a moratória — de que a suspensão do pagamento dos juros da dívida externa não trouxe conseqüências para o País.

"A moratória não é uma festa", disparou o vice-presidente do Banco do Brasil logo após ter participado do seminário sobre conversão da dívida em capital de risco promovido pela Câmara de Comércio Americana para o Brasil. Suas declarações, que coincidiram com o oitavo mês da declaração da moratória, foram feitas de uma forma que mostram claramente que o País estava caminhando para a retomada normal dos pagamentos dos juros da dívida.

Segundo Moura da Silva, as perspectivas são otimistas para uma negociação da sua dívida externa com os bancos credores privados. Por isso mesmo, chegou a afirmar que os riscos de, no próximo dia 26, os bancos norte-americanos rebaixarem os créditos brasileiros estavam afastados.

Contudo, o economista, sempre utilizando o verbo no passado, observou que a moratória atrapalhou bastante o comércio exterior do Brasil. De acordo com ele, os maiores prejudicados foram os empresários que dependiam de importação de equipamentos para realizar seus investimentos. "Existe uma fila enorme na Cacex de empresários querendo importar equipamentos e não conse-



Adroaldo Moura da Silva

guem por falta de financiamento", acrescentou.

Os custos da moratória refletem-se, conforme Moura da Silva, na extinção das linhas de financiamento superiores a 180 dias que não foram renovadas principalmente pelos Eximbanks, na ampliação pelo Banco Central das linhas de curto prazo para US\$ 800 milhões e no desgaste da imagem no exterior. "As condições do País hoje em relação a empréstimos externos são inferiores às do primeiro semestre do ano passado e muito piores do que 1984 e 1985", disse o economista, bombardeando outro argumento de que antes da moratória o Brasil já não recebia empréstimos externos e com a suspensão do pagamento dos juros a situação não se tinha alterado.

"O que tem de ser entendido de uma vez por todas é que quando o Brasil decretou a moratória em 20 de fevereiro o fez porque não tinha outra alternativa, mas sabia que iria sofrer custos inexoráveis que se estão refletindo agora", afirmou.

Mais do que o pagamento simbólico dos juros, o mais importante para o País agora, segundo Moura da Silva, é retomar o pagamento regular dos juros da dívida. "Pior do que decretar a moratória é suspender o pagamento dos juros pela segunda vez", sentenciou Moura da Silva.